

GRAN
FACULDADE

PÓS-GRADUAÇÃO

Pós-Graduação em

Direito Eleitoral





Sumário

Por que estudar com o método GRAN de ensino?	3
Conheça nossa metodologia.....	4
Coordenação pedagógica	5
Direito Eleitoral	6
Destaques do curso.....	6
Público-Alvo	7
Duração do curso	7
Matriz curricular	8
Conteúdo programático	9
FAQ do curso	13
Diferenciais tecnológicos	14
Ingresso	15

POR QUE ESTUDAR COM O MÉTODO GRAN DE ENSINO?

Disciplinas produzidas em multiformatos, para proporcionar um estudo com mais agilidade, foco e rendimento.

Conteúdo útil para o mercado de trabalho, unindo a teoria à prática, de forma equilibrada, para você poder se desenvolver como um profissional completo e requisitado.

Equipe didática, com professores renomados que oferecem conteúdos alinhados às práticas de mercado, exatamente como você precisa para impulsionar sua carreira.

Plataforma de ensino que acelera o seu aprendizado, por meio de recursos intuitivos e ferramentas tecnológicas, para você estudar no seu ritmo, a qualquer hora e em qualquer lugar, mesmo sem internet.

Certificado emitido por uma instituição reconhecida com nota máxima no MEC.

Valores que cabem no seu bolso, para você estudar o que quer, não o que dá.

Ferramentas de inclusão e acessibilidade para que pessoas que possuam alguma necessidade especial tenham a oportunidade de cursar uma pós-graduação EaD.

EdTech que você já conhece e que é referência em ensino e tecnologia, recomendada por mais de 2 milhões de alunos.

CONHEÇA NOSSA METODOLOGIA

Cursos 100% EaD
compostos por três
módulos, liberados
progressivamente a cada
60 dias.

Avaliação feita por disciplina
no sistema de provas da Gran
Faculdade, com sistema de notas
em valores numéricos, numa escala
de 0 (zero) a 100 (cem) pontos,
considerando-se aprovado aquele
que alcançar a nota mínima de 70
(setenta) pontos.

Disciplinas multiformatos,
com videoaulas, aulas
interativas ao vivo, *slides* e
artigos acadêmicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
opcional, conforme Resolução CNE/
CES n. 01, de 06 de abril de 2018.



COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA



Fernando Maciel
Coordenador

Procurador Federal em Brasília, Chefe da Divisão de Gerenciamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Previdência Social – CONJUR-MPS, Ex-Coordenador-Geral de Assuntos Previdenciários da CONJUR-MPS, Ex-Vice-Presidente do Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS, Ex-Coordenador-Geral de Matéria de Benefícios da Procuradoria Federal Especializada do INSS – PFE-INSS, Medalha do Mérito Previdenciário no Centenário da Previdência Social no Brasil (2023), Mestre em Direito das Relações Sociais pelo Centro Universitário do Distrito Federal – UDF, *Master* em Prevenção de Riscos Laborais pela Universidade de Alcalá de Henares (Madrid/Espanha), Especialista em Direito de Estado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Professor de Direito Previdenciário e Coordenador da Pós em Direito e Processo Previdenciário da Gran Faculdade, Autor de obras jurídicas, dentre elas o Manual de Direito Previdenciário e o Direito Previdenciário para a OAB, ambas pela Editora Rideel.

DIREITO ELEITORAL



Este curso propõe um modelo pedagógico fundado na preparação do profissional para atuar em qualquer carreira jurídica no âmbito do Direito Eleitoral. A legislação eleitoral sofre constantes alterações, normalmente a cada ciclo eleitoral de dois anos, fato que impõe aos operadores do Direito dessa área constante atualização doutrinária, legislativa e jurisprudencial. Nesse sentido, acreditamos que o presente curso será um diferencial para o público-alvo, a saber, magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, bacharéis em Direito e outros interessados.

DESTAQUES DO CURSO

Capacitar membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, servidores públicos e candidatos a cargos eletivos, além de advogados e outros interessados que busquem aperfeiçoamento ou aprofundamento em Direito Eleitoral.

Incentivar os cidadãos em geral para conhecerem as particularidades do sistema eleitoral brasileiro, os aspectos da democracia e a importância do valioso exercício da cidadania.

Aprimorar os conhecimentos acerca das regras do microssistema jurídico-eleitoral.



PÚBLICO-ALVO

Profissionais da área do Direito – magistrados, membros do Ministério Público, advogados, servidores da Justiça Eleitoral, bacharéis em Direito e outros interessados.

DURAÇÃO DO CURSO

O curso de Direito Eleitoral tem duração de 6 (seis) a 18 (dezoito) meses. Ofertado na modalidade EaD com o uso das melhores tecnologias do mercado das *EdTechs*.

MATRIZ CURRICULAR

	Unidade Curricular	Carga Horária
01	Direito Constitucional	45 h
02	Direito Administrativo	37 h
03	Teoria Geral do Direito Eleitoral	10 h
04	Direito Partidário	30 h
05	Direito Eleitoral Digital	8 h
06	Administração Eleitoral	20 h
07	Prática no Contencioso Eleitoral	25 h
08	Propaganda Eleitoral	20 h
09	Teoria Geral das Eleições	8 h
10	Inelegibilidades	20 h
11	Financiamento de Campanhas Eleitorais	30 h
12	Prestação de Contas Eleitorais	30 h
13	Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral	15 h
14	Ilícitos Eleitorais de Cassação	30 h
15	Registro de Candidaturas	20 h
16	Recursos Eleitorais	12 h
17	Processo Legislativo	20 h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		380h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		420h/a

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Conteúdo Programático do Curso	
Disciplina	Conteúdo
DIREITO CONSTITUCIONAL	Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado. Organização dos Poderes. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.
DIREITO ADMINISTRATIVO	Introdução ao Direito Administrativo. Sistemas administrativos. Administração pública. Administração pública no sentido subjetivo/orgânico/formal. Administração pública no sentido material/objetivo/funcional. Princípios administrativos. Princípios expressos. Princípios implícitos. Organização administrativa. Formas de prestação da atividade administrativa (Concentração e desconcentração. Centralização e descentralização). Administração direta e indireta. Entidades paraestatais. Estudo dos órgãos. Características dos órgãos. Estudo da administração descentralizada. Autarquias. Agências. Consórcios públicos. Fundações. Sociedade de economia mista e empresa pública. Ato administrativo. Conceito. Fato administrativo e fato da administração. O silêncio administrativo. Requisitos ou elementos de validade dos atos administrativos. Atributos ou prerrogativas do ato administrativo. Classificação dos atos administrativos. Espécies de atos administrativos. Extinção dos atos administrativos. Convalidação. Conversão. Poderes administrativos. Deveres do administrador. Abuso de poder. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder normativo (poder regulamentar). Poder discricionário e poder vinculado. Poder de polícia. Agentes públicos. Classificação. Tipos de vínculo – função, emprego, cargo. Criação, transformação e extinção dos cargos públicos. Normas constitucionais aplicáveis aos agentes públicos. Disposições da Lei n. 8.112/1990. Improbidade administrativa. Fundamentação constitucional. Natureza da ação de improbidade. Lei n. 8.429/1992. Lei de improbidade e “agentes políticos”. Elementos do ato de improbidade. Ação de improbidade.
TEORIA GERAL DO DIREITO ELEITORAL	Direito Eleitoral. Conceito. Fontes. Hermenêutica Eleitoral. Princípios. Pluralismo Político.

DIREITO PARTIDÁRIO	Partidos Políticos: autonomia constitucional, criação, fusão, incorporação e extinção: a sua coexistência com as diversas instâncias da Justiça Eleitoral. Introdução à legislação eleitoral-partidária: a nova reforma administrativa para as eleições de 2022. Etapas do processo eleitoral e a sua relação com a atuação partidária. Disciplina e legitimidade partidária: hipóteses excludentes da infidelidade partidária e a sua aplicabilidade aos detentores de cargos eletivos dos sistemas majoritário e proporcional. Legitimidade processual dos partidos políticos: atuação em juízo. Responsabilidade solidária com os candidatos e esferas partidárias. Sistemas informatizados da Justiça Eleitoral: CANDEX, DIVULGACAND, SGIP, SPCA, SPCE, TOT. Diretórios Partidários: a sua regularização perante a Justiça Eleitoral. Cláusula de Barreira: Emenda Constitucional n. 97/2017. Regra de transição. Direito de antena. Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário): fonte dos recursos. Critérios de acesso e distribuição dos recursos do Fundo Partidário. Os programas de promoção e difusão da participação política das mulheres. Finanças dos Partidos Políticos: contabilidade e prestação de contas à Justiça Eleitoral. Consequências quanto às irregularidades na prestação de contas.
DIREITO ELEITORAL DIGITAL	Fundamentos do direito digital, evolução e tendências. Novas tecnologias e o direito eleitoral. Privacidade e proteção de dados no direito eleitoral. Propaganda eleitoral na internet.
ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL	Justiça Eleitoral: órgãos e competências. Eleições: a preparação das eleições. Criação e extinção de zonas eleitorais. Convocação de mesários. Voto: voto e escrutínio. Voto eletrônico e segurança da urna eletrônica. Votação em cédulas. Garantias Eleitorais: garantias dos eleitores, fiscais, mesários e candidatos. Transporte de eleitores. Lei seca no dia das eleições. Apuração e totalização de votos. Proclamação dos resultados. Diplomação. Função Consultiva. Função Normativa.
PRÁTICA NO CONTENCIOSO ELEITORAL	Aspectos teóricos e práticos do contencioso eleitoral: devido processo legal e contraditório. Legitimação processual. Competência. Arguição de impedimento e suspeição. Instrumentalidade do processo. <i>Amicus Curiae</i> . Negócio jurídico processual. Princípio da Congruência entre a imputação legal e o dispositivo da sentença e/ou acórdão. A aplicação supletiva e subsidiária do CPC. Elaboração da petição inicial e da contestação. Técnica de elaboração de decisões judiciais: saneamento do processo, sentença e acórdão: a fundamentação. Princípio da Persuasão Racional ou do Livre Convencimento Motivado. Recursos eleitorais: técnica de elaboração de recursos. Ritos procedimentais das ações eleitorais: I) Ações sob o rito do art. 22 da LC n. 64/1990: Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE). Representação por captação ou gasto ilícito em campanhas eleitorais, captação ilícita de sufrágio e condutas vedadas aos agentes públicos. Competência. O rito procedimental. Tutela Provisória e Tutela de Urgência. Instrução Processual. Cúmulo de ações. II) Ações sob o rito do art. 3º e seguintes da LC n. 64/1990: Ação de Impugnação de Registro de Candidatura e Ação de Impugnação de Mandato Eletivo: Competência. Objeto. Causa de Pedir. Pedido. Desistência. Tutela provisória. Instrução Processual. III) Recurso contra Expedição de Diplomas (RCED): Hipóteses de cabimento. Competência. Legitimados. Rito procedimental.
PROPAGANDA ELEITORAL	Propaganda Política: espécies. Propaganda Eleitoral. Princípios. Propaganda Eleitoral extemporânea. Horário Eleitoral gratuito. Representação por Propaganda Eleitoral ilícita. Direito de Resposta.

TEORIA GERAL DAS ELEIÇÕES	A democracia no tempo. A crise democrática e o contexto brasileiro. Conceito. Tipologia das eleições: eleições democráticas x eleições autoritárias. Axiologia eleitoral. A legitimidade dos processos eleitorais: conceito, significado e dimensões. O papel das eleições no Estado democrático. As funções latentes do voto. Integridade Eleitoral. Análise da qualidade das eleições.
INELEGIBILIDADES	Conceito. Espécies. Inelegibilidades Constitucionais e Infraconstitucionais. Inelegibilidades Absolutas e Relativas. Desincompatibilização. Arguição de Inelegibilidade. Suspensão da inelegibilidade. Prazos de vigência.
FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS ELEITORAIS	Modelos de Financiamentos. Fontes: Fontes Lícitas. Fontes Vedadas. Fontes de Origem não Identificada. Fundo Especial de Financiamento de Campanhas (FEFC). Doação acima do limite legal: a Representação do art. 23 da Lei n. 9.504/1997. Limites. Gastos Eleitorais. Administração Financeira da campanha.
PRESTAÇÃO DE CONTAS ELEITORAIS	Princípios da Prestação de Contas. Espécies: Parciais e Finais. Simplificada e Comum. Procedimento: O sistema SPCE. Impugnação. Julgamento: Aprovação. Aprovação com ressalvas. Rejeição. Não Apresentação de Contas: consequências. Sobras de campanhas. Assunção de Dívidas. Recursos.
CRIMES ELEITORAIS E PROCESSO PENAL ELEITORAL	Crimes Eleitorais. Aspectos Gerais: Natureza. Crime Eleitoral x Crime Político. Aplicação do Código Penal. Majorantes e Minorantes. Penas: espécies. Crimes Eleitorais em espécie: Crimes previstos no Código Eleitoral, na Lei n. 9.504/1997, na LC n. 64/1990 e na Lei n. 6.091/1974. Processo Penal Eleitoral. Institutos jurídicos despenalizadores: aplicação da Lei n. 9.096/1995. Inquérito. Ação Penal Eleitoral: Rito. Aplicação do Código de Processo Penal. Juiz de Garantias. Recursos Eleitorais Criminais.
ILÍCITOS ELEITORAIS DE CASSAÇÃO	A tutela jurisdicional da legitimidade eleitoral. Abuso de poder. Conceitos e características. O uso lícito de recursos de poder nas competições eleitorais. O uso ilícito de recursos de poder nas competições eleitorais. Formas típicas de abuso: (i) abuso de poder político; (ii) abuso de poder econômico; (iii) uso indevido dos meios de comunicação social. Novas formas de abuso de poder: (i) abuso de poder religioso; (ii) abuso de poder coercitivo; (iii) uso indevido das tecnologias de informação (<i>Fake News</i> , <i>Desinformação</i> , <i>Big Data</i> , <i>Microtargeting</i> , <i>Bots</i> , <i>Clickfarms</i>). Captação e gastos ilícitos de recursos. Captação ilícita de sufrágio. Condutas vedadas aos agentes públicos. Fraude eleitoral. Corrupção eleitoral. Análise da gravidade das circunstâncias em ações de abuso de poder. A cassação de mandatos na Justiça Eleitoral.
REGISTRO DE CANDIDATURAS	Processo de Registro de Candidaturas. Rito. Requerimento. Documentos. Quotas: quotas de gênero e étnico-raciais. Financiamento das candidaturas de quotas. Substituição de candidatos: cargos majoritários e proporcionais.

RECURSOS ELEITORAIS	Teoria Geral dos Recursos: Princípios. Admissibilidade. Pressupostos. Efeitos. Legitimidade. Prazos. Recursos Eleitorais: Recurso Inominado. Agravos. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário.
PROCESSO LEGISLATIVO	Módulo 1 – Teoria do Processo Legislativo: 1. Processo Legislativo. 1.1. Regulação do Processo Legislativo. 1.2. Controle judicial do devido processo legislativo. 1.3. Ação legislativa inconstitucional. 1.4. Concepções sobre o Processo Legislativo. 1.5. Tipos de processos legislativos. 1.6. Procedimento legislativo. 1.7. Processos legislativos no âmbito do Legislativo da União. 2. Extensibilidade das prescrições constitucionais federais sobre o processo legislativo ordinário. Módulo 2 – Processo Legislativo Reformador: 1. Limitações ao poder reformador. 1.1. Notas Iniciais. 1.2. Limitações circunstanciais. 1.3. Limitações processuais ou formais. 1.3.1. Nota introdutória. 1.3.2. Princípio da Irrepetibilidade. 1.3.3. A questão da índole constitucional ou regimental do interstício entre turnos. 1.4. Limitações materiais expressas. 1.4.1. Forma Federativa de Estado (art. 60, § 4º, I). 1.4.2. Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II). 1.4.3. Separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III). 1.4.4. Direitos e Garantias individuais (art. 60, § 4º, IV). 1.5. Limitações materiais implícitas. 2. Resumo do processo reformador. 3. A questão da dupla revisão. 4. Ação Reformadora x decisões do STF. 5. Limitações temporais. 6. Poder Constituinte Revisional. 7. Controle de constitucionalidade no processo reformador. 7.1. Controle de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição pela via concentrada abstrata. 7.2. Controle de constitucionalidade abstrato concentrado de Emenda Constitucional. 7.3. Controle judicial preventivo de constitucionalidade de proposta de emenda à Constituição. 7.4. Controle judicial de constitucionalidade do processo reformador. Módulo 3 – Processo Legislativo Ordinário: 1. Fase inicial do processo legislativo ordinário. 2. Casa Iniciadora. 3. Casa Revisora. 4. Atuação das Comissões Técnicas. 5. Processo legislativo abreviado. 6. Emendas parlamentares. 7. Princípio da Irrepetibilidade. 8. Processo Legislativo Sumário (sob urgência constitucional). 9. Fase Executiva do Processo Legislativo. 9.1. Sanção. 9.2. Veto. 9.2.1. Controle de constitucionalidade político preventivo. 9.2.2. Prazo e elementos formais. 9.2.3. Extensão do veto. 9.2.4. Apreciação do veto. 9.2.5. Pendência da decisão sobre o veto e sobrestamento. 9.2.6. Questões jurisprudenciais finais sobre o veto. Módulo 4 – Medida Provisória e Processo Legislativo de Conversão: 1. Conceito e perfil tipológico. 2. Pressupostos de edição. 3. Prazo de validade. 4. Aptidão material da medida provisória. 5. Primeiro efeito da edição de medida provisória: a inovação normativa. 6. Segundo efeito da edição de medida provisória: o processo legislativo de conversão. 6.1. Fase inicial. 6.2. Fase de Comissão. 6.3. Fase de Plenários. 7. Controle de constitucionalidade de medida provisória e da lei de conversão. 8. MP no âmbito federativo. 9. Revogação de medida provisória. 10. Prorrogação de medida provisória. 11. Irrepetibilidade em medida provisória. 12. Não edição do decreto legislativo regulamentar.

FAQ DO CURSO

O curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral é EaD?

Sim. Nosso curso é EaD, com aulas, materiais de apoio e avaliações disponibilizadas no nosso Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

O curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral é um curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*. O que isso significa?

As pós-graduações *lato sensu* compreendem programas de especialização e incluem os cursos designados como MBA (*Master Business Administration*). Com duração mínima de 360 horas, ao final do curso, o aluno obterá certificado. Ademais, são abertos a candidatos diplomados em cursos superiores e que atendam às exigências das instituições de ensino.

Preciso realizar Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)?

A realização de TCC é opcional, conforme Resolução CNE/CES n. 01, de 06 de abril de 2018.

O curso de Pós-Graduação em Direito Eleitoral é autorizado pelo MEC?

Sim. Todos os cursos do Gran Centro Universitário são autorizados pelo Ministério da Educação (MEC).

É possível aproveitar unidades curriculares cursadas anteriormente?

Sim, você pode aproveitar unidades curriculares de disciplinas cursadas ou em curso na pós-graduação da Gran Faculdade. Para isso, é necessário ter obtido aprovação na disciplina que deseja aproveitar e ter finalizado o módulo que a contempla.

O curso conta com calendário de atividades e avaliações?

Sim. O calendário de programações, com as respectivas datas previstas, está disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

DIFERENCIAIS TECNOLÓGICOS

Videoaulas, aulas interativas, artigos acadêmicos, audioaulas e muito mais para você estudar do seu jeito, no seu próprio ritmo.

Secretaria acadêmica virtual: o atendimento à distância de um clique.

Ambiente Virtual de Aprendizagem inovador para estudar de onde e quando quiser, por computador, *tablet*, TV, celular.

Download de materiais para estudo *offline*. Assim você estuda até mesmo nos seus momentos *off*.

App compatível com iOS e Android para você estudar sem distrações.

Player de videoaulas similar ao do YouTube, com legendas, tela escura, anotações e muito mais.

Gran Audiobooks: milhares de audiolivros disponíveis para você.



INGRESSO

A Pós-Graduação evoluiu, e o seu jeito de estudar também! Ter você com a gente nesta jornada de aprendizagem será sensacional.

Comece hoje sua Pós-Graduação e venha conosco revolucionar a educação no Brasil!



Você a poucos



passos de muitos

futuros

gran.com.br

